

Memorando 36- 831/2025

De: Bruno F. - GAB - PGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 22/01/2025 às 11:31:55

Setores envolvidos:

GAB, SMOSIUT, CI, SMA, SMA - ADM, SMA - RH, SMF, SMF - DCT, GAB - PREFEITO MUNICIPAL, GAB - PGM

NECESSIDADE CONTRATAÇÃO DE EMERGENCIAL

Prezados.

Segue o parecer em anexo.

—

Bruno Peres Fonseca
Procurador Geral

Anexos:

parecer_contratacao_emergencial_secretaria_de_obras_1_.pdf



PARECER JURÍDICO

Consulente: Gabinete do Prefeito

Assunto: solicitação de contrato emergencial para a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura Urbana e Trânsito

Requer o consulente parecer acerca da possibilidade de contratação emergencial de 08 operários, 02 operadores de máquinas, 04 motoristas e 03 pedreiros, mencionados pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura Urbana e Trânsito com a justificativa apresentada no memorando 831/2025. As contratações pretendidas visam atender situações criadas a partir da necessidade premente e com a finalidade de substituir e preencher vagas de cargos essenciais ao funcionamento de serviços públicos no município. A contratação emergencial se faz necessária em razão da urgência e relevância das funções desempenhadas pelos profissionais em questão, cujas ausências têm impacto diretamente na qualidade do atendimento à população e no andamento das atividades do setor, hoje em dia precárias.

É o brevíssimo relatório.

O capítulo XI da lei municipal no 2239/03 disciplina a possibilidade da Administração Pública realizar contratação temporária de funcionários:

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 204: Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal com prazo determinado e através de processo seletivo simplificado, sujeito à ampla divulgação.

Art. 205: Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

- I – atender as situações de calamidade pública;
- II – combater surtos epidêmicos;
- III – atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em Lei específica.

Art. 206: As contratações de que tratam este capítulo terão dotação orçamentária específica, e não poderão ultrapassar o prazo de 120 cento e vinte) dias, prorrogáveis no máximo uma vez, por igual período, sob pena de nulidade.

Art. 207: É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 208: Os contratos temporários de excepcional interesse público, serão sempre precedidos de autorização Legislativa.

Art. 209: Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados apenas os seguintes direitos:

- I – remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função, do Plano de Cargos e Salários dos servidores efetivos do Município, no que se refere ao básico;
- II – gratificação por prestação de serviço extraordinário e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;
- III – férias proporcionais ao término do contrato;
- IV – inscrição em Sistema Oficial de Previdência Social.



Como se vê, a legislação municipal prevê a possibilidade de contratação emergencial por parte Administração Pública desde que esteja presente o interesse público e a temporalidade. Neste caso, considerando a justificativa do Sr. Secretário da pasta, principalmente a quantidade de trabalho a ser feita, a ausência de concurso vigente e o déficit de 30% de servidores na respectiva Secretaria, fica constatado interesse público na contratação.

Por outro lado, a temporalidade está demonstrada na justificativa para o pedido dos contratos.

Sendo assim, em cada situação prática a que se defrontar o administrador, deve ele buscar a garantia dos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos, compatibilizando com o equilíbrio das contas públicas. Sempre que comprovadamente necessária para evitar prejuízo relevante à prestação de serviços públicos, tem-se que a reposição de servidores, mais do que possível, é devida, não encontrando obstáculo na vedação legal.

Inclusive o Tribunal de Contas do Estado, conforme parecer no 13/2004, é sensível, diante da disposição legal sobre as situações que autorizariam a prática de atos de admissão de pessoal ou provimento de cargos em razão do necessário atendimento da necessidade pública, acabando por ampliar essa possibilidade a outras áreas além da educação, saúde e segurança, e aceitando outras circunstâncias além da aposentadoria e do falecimento, mas é expresso ao restringi-la à reposição quando necessária ao atendimento de necessidades que, por imposição constitucional, devam ser atendidas pelos poderes públicos, e desde que não se extrapole o percentual de comprometimento das despesas com pessoal preexistente à prática do ato.

Diante do exposto, entendo pelo deferimento do pedido de contratação emergencial pleiteada, para atendimento da situação temporária da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura Urbana e Trânsito, atentando-se para a necessidade de observância de todos os requisitos legais acima expostos.

É o parecer.

Canguçu, 22 de janeiro de 2025.

Bruno Peres Fonseca
OAB/RS 82.300



Assinado por 1 pessoa: BRUNO PERES FONSECA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/95F7-2D19-FD58-544F> e informe o código 95F7-2D19-FD58-544F



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 95F7-2D19-FD58-544F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNO PERES FONSECA (CPF 016.XXX.XXX-44) em 22/01/2025 11:32:30 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/95F7-2D19-FD58-544F>